

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

**12º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE DE INGRESSO DA CARREIRA  
DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CP 12/09 - PROCURADOR DO ESTADO  
PROVA OBJETIVA DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS  
FASE PRELIMINAR**

**INSTRUÇÕES**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e normas que regem este Concurso Público.

1. Verifique se este caderno possui 27 páginas, contendo 80 questões, numeradas de 41 a 120. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a substituição do mesmo.
2. Cada questão oferece 5 alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D, E, sendo apenas uma delas a resposta correta.
3. O tempo para a realização das provas objetivas de Língua Portuguesa e das Disciplinas Jurídicas é de 5 horas, incluído o preenchimento das grades de respostas. O candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 1 hora e 30 minutos do seu início. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de provas ao mesmo tempo, assinando a ata.
4. Nenhuma informação sobre as instruções e/ou conteúdo das questões será dada pelo fiscal, pois são parte integrante das provas.
5. Nos cadernos de provas, o candidato poderá fazer anotações.
6. Os gabaritos e as notas serão divulgados no dia 14/01/2010, nos sítios [www.pge.rs.gov.br](http://www.pge.rs.gov.br) e [www.fundatec.com.br](http://www.fundatec.com.br).

FUNDATEC PROCESSOS SELETIVOS  
**ISO**  
9001:2008

  
FUNDATEC

## PROVA OBJETIVA DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**QUESTÃO 41** – Analise as seguintes afirmações sobre Constituição e suas normas:

- I. Conforme o conceito sociológico cunhado por Ferdinand Lassalle no século XIX, a Constituição – real, não a jurídica – é, em síntese, “o conjunto dos fatores reais de poder que regem uma nação”.
- II. A definição constante do art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – “não tem Constituição o estado no qual a garantia dos direitos não esteja assegurada, nem a separação dos poderes determinada” – é um conceito de Constituição em sentido formal.
- III. A superioridade hierárquica das normas constitucionais em relação às outras normas que compõem o ordenamento jurídico de um Estado é rotineiramente designada pela doutrina com a expressão “rigidez constitucional”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 42** – A propositura concomitante de duas ações diretas de inconstitucionalidade contra determinada lei estadual, uma no Tribunal de Justiça do Estado e outra no Supremo Tribunal Federal, impugnada em face de norma constitucional federal de reprodução obrigatória pelas Constituições estaduais, conduz, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a qual das seguintes soluções?

- A) Extinção do processo perante o Supremo Tribunal Federal, considerando o princípio da subsidiariedade.
- B) Extinção do processo perante o Tribunal de Justiça estadual, considerando o princípio da hierarquia das fontes do direito.
- C) Suspensão do processo perante o Supremo Tribunal Federal até a deliberação definitiva do Tribunal de Justiça estadual.
- D) Suspensão do processo perante o Tribunal de Justiça estadual até a deliberação definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 43** – Em qual das seguintes hipóteses não há violação a direitos e garantias fundamentais, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal?

- A) Ingresso de policiais, sem mandado judicial, em quarto de hotel que sirva de residência a cidadão suspeito de participar de organização criminosa.
- B) Apreensão de mercadorias pela administração fazendária, medida prevista em lei como forma de compelir o contribuinte ao pagamento de tributos devidos.
- C) Interceptação, pela administração de determinado estabelecimento prisional, da correspondência remetida pelos sentenciados.
- D) Exigência, em processo administrativo, de que o administrado efetue depósito recursal como condição de admissibilidade de recurso.
- E) Admissão como prova, em processo judicial, de gravação ambiental clandestina de conversa entre agentes policiais e presos, realizada com o intuito de obter confissão de crime.

**QUESTÃO 44** – Sobre as ações constitucionais previstas no art. 5º da Constituição da República, é correto afirmar que:

- A) O *habeas corpus* passou a ter previsão constitucional na Constituição de 1891, que não limitava seu objeto à garantia da liberdade de locomoção.
- B) O *habeas data*, introduzido pela Constituição de 1988, não pode ser impetrado para assegurar o acesso a informações constantes de bancos de dados mantidos por entidades privadas.
- C) O mandado de segurança individual, criado pela Constituição de 1946, é cabível contra atos de agentes privados no exercício de funções do poder público.
- D) O mandado de segurança coletivo, introduzido pela Constituição de 1988, pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional em favor de quaisquer cidadãos.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 45** – Considere as seguintes afirmações sobre nacionais e estrangeiros, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. Portugueses com residência permanente no Brasil, havendo reciprocidade em favor de brasileiros, são titulares dos direitos e garantias fundamentais inerentes ao brasileiro naturalizado.
- II. Estrangeiros originários de países de língua portuguesa que residam no Brasil por um ano ininterrupto e tenham idoneidade moral têm direito a se naturalizarem brasileiros.
- III. Estrangeiros não residentes no Brasil não são titulares de direitos e garantias fundamentais arrolados na Constituição da República.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 46** – Considerando que, na Federação Brasileira, os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, analise as seguintes hipóteses:

- I. Dispositivo de Constituição estadual estabeleceu que a implantação de usinas nucleares no território do respectivo Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa, a ser confirmada em plebiscito.
- II. Emenda introduzida em Constituição estadual possibilitou a extensão dos mandatos dos Deputados integrantes da Assembleia Legislativa daquele Estado por período superior a quatro anos.
- III. Lei estadual de iniciativa parlamentar concedeu desconto no pagamento antecipado do IPVA e parcelamento do valor devido pelos contribuintes daquele Estado.

Estão de acordo com as normas da Constituição da República, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 47** – No âmbito do Congresso Nacional, as Comissões Parlamentares de Inquérito:

- I. Serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros de cada uma de suas Casas, em conjunto ou separadamente, que deverá ser aprovado pelo respectivo plenário.
- II. Sua composição deve contemplar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
- III. A possibilidade de realizar quebra do sigilo telefônico não se inclui entre os “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” que lhes são atribuídos pela Constituição da República.

Destas afirmações, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, estão corretas:

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 48** – Considere as seguintes afirmações sobre medidas provisórias, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. Os pressupostos constitucionais de edição das medidas provisórias apenas em caráter excepcional se submetem ao crivo do Poder Judiciário, tendo em vista o princípio da separação dos poderes.
- II. É inviável a adoção de medidas provisórias no âmbito do processo legislativo dos Estados, tendo em vista a inexistência, na Constituição da República, de autorização expressa neste sentido.
- III. As medidas provisórias editadas antes da publicação da Emenda Constitucional nº 32/2001 e que não foram votadas pelo Congresso Nacional até 60 dias após aquela data perderam sua eficácia retroativamente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 49** – No que tange à disciplina constitucional da segurança pública, analise as seguintes afirmações:

- I. A polícia federal é órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, que desempenha exclusivamente funções de polícia judiciária.
- II. As polícias civis são órgãos estaduais que desempenham exclusivamente funções de polícia judiciária, ressalvada a competência da União e a apuração das infrações penais militares.
- III. Os Municípios podem constituir guardas municipais, que desempenharão atividades de proteção de bens, serviços e instalações municipais, bem como o patrulhamento ostensivo das vias municipais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 50** – Considerando as normas da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul sobre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, analise as seguintes afirmações:

- I. A iniciativa popular no processo legislativo será exercida mediante a apresentação de projeto de lei, proposta de emenda constitucional e emenda a projeto de lei orçamentária, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei de plano plurianual.
- II. O Governador do Estado, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos Deputados, será submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante a Assembleia Legislativa, nos crimes de responsabilidade.
- III. Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, citará previamente o Defensor Público-Geral do Estado, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

## DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

**QUESTÃO 51** – Em sede de execução fiscal, frustradas as tentativas de citação da pessoa jurídica, constata-se que a sociedade foi dissolvida irregularmente. Segundo o contrato social, a sociedade foi constituída por dois sócios (sócios A e B), ambos com poderes para a administração da sociedade. Na prática, o sócio A era quem administrava a sociedade; o sócio B jamais exerceu tais funções, pois era empregado de outra empresa e por isso, inclusive, residia noutro Estado da Federação. No presente caso, o Procurador da Fazenda deverá requerer o redirecionamento da ação

- A) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, o sócio B será excluído da ação se comprovar sua condição em exceção de pré-executividade.
- B) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, os sócios A e B serão excluídos da ação se comprovarem sua condição em exceção de pré-executividade.
- C) a ambos os sócios; presume-se que ambos são responsáveis pelos débitos. Porém, o sócio B será excluído da ação se comprovar sua condição em ação de embargos de devedor.
- D) a ambos os sócios; no presente caso a presunção é *juris et jure*.
- E) ao sócio A; não cabe a presunção de que ambos são responsáveis pelos débitos.

**QUESTÃO 52** – Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a anterioridade tributária

- A) deve ser observada nas hipóteses de aumento ou instituição de tributo, compreendendo-se como aumento as situações de prorrogação de adicional de alíquota instituído por prazo determinado.
- B) caracteriza-se como uma garantia individual do contribuinte.
- C) deve ser observada no caso de instituição de tributos, mas admite exceções nos casos de aumento.
- D) deve ser observada nos casos de instituição ou aumento de tributos, compreendendo-se, neste último caso, a atualização monetária mediante índice que reflita corretamente a perda do poder aquisitivo da moeda.
- E) caracteriza-se como um princípio, portanto, além das exceções previstas na Constituição, admite uma aplicação em diferentes graus, segundo um exame de proporcionalidade.

**QUESTÃO 53** – A responsabilidade tributária da montadora de automóveis relativamente aos fatos geradores produzidos pela revendedora; da incorporadora relativamente aos tributos da empresa incorporada e do síndico relativamente aos tributos devidos pela massa falida podem ser classificadas, respectivamente, como

- A) responsabilidade por substituição; responsabilidade por transferência; responsabilidade por substituição.
- B) responsabilidade por substituição; responsabilidade por substituição; responsabilidade por transferência.
- C) responsabilidade por substituição; responsabilidade por transferência; responsabilidade por transferência.
- D) responsabilidade por transferência; responsabilidade por substituição; responsabilidade por transferência.
- E) responsabilidade por transferência; responsabilidade por transferência; responsabilidade por substituição.

**QUESTÃO 54** – Relativamente às imunidades e às isenções, é correto afirmar que:

- A) As imunidades se caracterizam como limitações positivas ao poder de tributar e por isso admitem interpretação ampla, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.
- B) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência constitucionalmente qualificadas e por isso são interpretadas literalmente, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.
- C) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência e por isso não admitem interpretação ampla, enquanto que as isenções se caracterizam como dispensa legal do tributo e por isso são interpretadas restritivamente.
- D) As imunidades se caracterizam como hipóteses de não incidência constitucionalmente qualificadas e são interpretadas literalmente, enquanto que as isenções se caracterizam como hipóteses de não incidência qualificada e por isso não admitem interpretação restritiva.
- E) As imunidades operam no plano da definição de competências e por isso são interpretadas segundo os valores constitucionalmente relevantes, enquanto que as isenções operam no plano do exercício da competência e por isso são interpretadas restritivamente.

**QUESTÃO 55** – Autuada pelo não recolhimento de ICMS, a empresa apresentou impugnação tempestiva na qual alegava a nulidade do auto de infração e lançamento, uma vez que os fatos apontados pela fiscalização eram inverídicos. Um ano depois, a empresa foi notificada, por via postal, da inscrição em dívida ativa dos valores impugnados. Requereu vista do processo administrativo, constatando que a impugnação fora denegada e que a notificação da decisão denegatória foi feita por via postal, retornando com a observação de que a região em que a empresa estava sediada não era atendida pelos serviços dos correios. Tendo ocorrido, então, a notificação por edital.

No presente caso, relativamente à impugnação e à notificação por edital, é correto afirmar que:

- A) A impugnação não suspende a exigibilidade do crédito e a notificação por edital não é admissível no processo administrativo tributário.
- B) A impugnação tempestiva suspende a exigibilidade do crédito e a notificação por edital é admissível em qualquer situação no processo administrativo tributário.
- C) A impugnação suspende a exigibilidade do crédito quando acompanhada de depósito de no mínimo 30% do valor da autuação e a notificação por edital só é admissível no processo administrativo tributário quando frustradas as notificações por via postal e pessoal.
- D) A impugnação tempestiva suspende a exigibilidade do crédito e a notificação por edital só é admissível no processo administrativo tributário quando frustradas as notificações por via postal e pessoal.
- E) A impugnação suspende a exigibilidade do crédito quando acompanhada de depósito de no mínimo 30% do valor da autuação e a notificação por edital não é admissível no processo administrativo tributário.

**QUESTÃO 56** – Nas operações com mercadorias em que o pagamento é parcelado, o ICMS incidirá

- A) sobre o valor da mercadoria e os acréscimos decorrentes das operações de venda a prazo.
- B) sobre o valor da mercadoria e os acréscimos decorrentes das operações de venda financiada.
- C) sobre o valor da mercadoria e seus acréscimos, sejam eles decorrentes das operações de venda a prazo ou venda financiada.
- D) sobre o valor da mercadoria e seus acréscimos, ainda que decorrentes de parcelamento com cartão de crédito.
- E) apenas sobre o valor da mercadoria, mesmo quando existirem acréscimos decorrentes da venda.

**QUESTÃO 57** – Além de dispor sobre conflitos de competência, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria tributária, a Constituição Federal atribui à Lei Complementar outras funções. Assinale a alternativa que melhor descreve essas funções:

- A) Instituir tributos específicos, definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- B) Instituir impostos específicos, definir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- C) Definir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- D) Instituir impostos extraordinários, definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.
- E) Definir tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte e estabelecer critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.

**QUESTÃO 58** – Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa ou a empresa de pequeno porte que desenvolve atividades vedadas. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que contém exclusivamente atividades cujo exercício impede o ingresso no sistema simplificado:

- A) Radiologia – Instalação hidráulica – Consultoria contábil.
- B) Radiologia – Consultoria contábil.
- C) Radiologia – Instalação hidráulica.
- D) Instalação hidráulica – Consultoria contábil.
- E) Consultoria contábil.

**QUESTÃO 59** – Sobre o princípio da capacidade contributiva, é correto afirmar que

- A) se manifesta, exclusivamente, através da progressividade.
- B) justifica a instituição de tributos fixos.
- C) é aplicável aos impostos sobre o consumo e, neste caso, a capacidade contributiva a ser considerada é apenas a do contribuinte de direito.
- D) é o principal critério de aplicação da igualdade tributária no âmbito dos impostos com finalidade extrafiscal.
- E) é o principal critério de aplicação da igualdade tributária no âmbito dos impostos com finalidade fiscal.

## DIREITO COMERCIAL

**QUESTÃO 60** – Assinale a alternativa correta:

- A) Toda sociedade é uma pessoa jurídica.
- B) Toda pessoa jurídica é uma sociedade.
- C) Toda sociedade, constituída na forma da lei, adquire personalidade jurídica.
- D) Nem toda sociedade, constituída na forma da lei, adquire personalidade jurídica.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 61** – Quanto ao capital social de sociedades limitadas e anônimas, pode-se afirmar o quanto segue:

- A) O capital de qualquer sociedade anônima será sempre maior do que o de uma sociedade limitada, uma vez que a sociedade anônima se constitui em tipo societário destinado a congregar grande quantidade de sócios, mediante a captação de significativa soma de recursos.
- B) O capital de uma sociedade anônima encontra-se dividido em ações, sempre ordinárias e nominativas, ao passo que o de uma sociedade limitada fraciona-se em quotas.
- C) Não há, via de regra, capital social mínimo nem máximo exigido para a constituição de sociedades anônimas ou limitadas.
- D) O capital social de uma sociedade anônima terá de ser subscrito e totalmente integralizado no mesmo ato, assegurando a sua integridade.
- E) O capital social somente poderá ser integralizado mediante a transferência de bens imóveis se os mesmos estiverem livres e desonerados.

**QUESTÃO 62** – Quanto à responsabilidade pessoal dos administradores, é correto afirmar que

- A) são responsáveis pelas dívidas tributárias e previdenciárias da empresa falida, independentemente de culpa.
- B) os administradores, contanto que desempenhem suas funções dentro dos poderes que lhes foram conferidos pelo Estatuto ou Contrato Social, sem atentar contra disposição de lei, não se obrigam pessoalmente com relação às dívidas da sociedade.
- C) a responsabilidade pessoal dos administradores de sociedades anônimas difere da dos administradores de sociedades limitadas, sendo nesta última mais fácil de ser comprovada, em função de uma maior *affectio societatis*.
- D) não são responsáveis, em hipótese alguma, pois, como doutrina Pontes de Miranda, apenas apresentam a sociedade.
- E) respondem solidariamente no caso dos membros do Conselho de Administração, por tratar-se de órgão colegiado.

**QUESTÃO 63** – Assinale a alternativa correta:

- A) As sociedades de economia mista não se regem pela Lei de Sociedades por Ações, uma vez que, por serem controladas pelo Estado, submetem-se apenas às normas próprias do direito administrativo.
- B) As sociedades de economia mista podem funcionar sem Conselho de Administração.
- C) A constituição da sociedade de economia mista prescinde de autorização legislativa, sempre que constituída por meio de uma subscrição pública amparada por ampla publicidade, na forma da Lei nº 6.404/1976.
- D) As sociedades de economia mista sujeitam-se ao disposto na Lei de Sociedades por Ações e normativos da Comissão de Valores Mobiliários, sem prejuízo de outras disposições federais especiais aplicáveis.
- E) As sociedades de economia mista escapam da incidência dos normativos da Comissão de Valores Mobiliários, pois não seria lógico que empresas sob controle estatal fossem objeto de fiscalização por outra entidade estatal.

**QUESTÃO 64** – Na falência, pode-se afirmar que a *vis attractiva*

- A) é absoluta, atraindo todos os processos para o juízo falimentar.
- B) não é absoluta, mas atrai para o juízo falimentar as ações em que se demanda quantia ilíquida.
- C) é relativa, uma vez que as causas fiscais podem prosseguir no juízo de origem.
- D) é relativa somente em relação às causas fiscais, sendo absoluta em relação a todas as demais.
- E) é relativa, porquanto depende, na sistemática da nova lei (Lei nº 11.101/2005), da opção feita pelo administrador judicial no melhor interesse da massa.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 65** – Relativamente ao princípio do interesse público, pode-se afirmar que

- A) é dotado de consistência autônoma já que ocorre um antagonismo entre o interesse público das partes e o interesse do todo.
- B) há uma relação íntima e indissociável entre o interesse público e os interesses individuais, de modo que o primeiro resulta do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados na qualidade de membros da sociedade.
- C) os interesses públicos são insuscetíveis de serem defendidos pelos particulares individualmente mesmo quando lhes acarretem ônus ou gravames suportados isoladamente.
- D) todos os interesses do Estado podem ser qualificados como públicos.
- E) as prerrogativas inerentes à supremacia do interesse público sobre o interesse privado podem ser empregadas legitimamente para satisfazer os interesses secundários do Estado.

**QUESTÃO 66** – Em relação aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é correto dizer que:

- A) O princípio da legalidade está assentado na estrutura do Estado de Direito, consagra a ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida em conformidade com a lei e, além disso, tem previsão implícita na Constituição Federal.
- B) O princípio da finalidade impõe que o administrador público, ao exercer as competências postas a seu encargo, aja com rigorosa obediência aos fins propostos e que o princípio tem autonomia frente ao princípio da legalidade.
- C) O princípio da proporcionalidade consagra a ideia de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e na intensidade correspondentes ao que seja realmente demandado para atingir a finalidade de interesse público a que estão atreladas.
- D) O princípio da eficiência, previsto implicitamente na Constituição Federal, impõe à Administração Pública o exercício de suas atribuições com rapidez, perfeição e resultados melhores.
- E) O princípio da publicidade permite a dispensa da publicação do ato administrativo no Diário Oficial, quando o particular interessado tenha sido notificado sobre o referido ato que lhe seja pertinente.



**QUESTÃO 67** – De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado, disciplinado pela Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994:

- A) Servidor público é a pessoa legalmente investida em função pública.
- B) Cargo público é o criado por lei, em número certo, com denominação própria, consistindo em conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor mediante retribuição pecuniária paga pelos cofres públicos.
- C) Cargo público é o criado por lei, com denominação própria e retribuição paga pelos cofres públicos, com provimento em caráter efetivo ou em comissão, mas é possível, em condições excepcionais especialmente previstas em lei, que sua criação se dê por um decreto regulamentar.
- D) Reintegração é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado ou ao resultante de sua transformação em consequência de decisão judicial e não de decisão administrativa, com ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.
- E) A readaptação é a investidura do servidor estável em cargo com atribuições e responsabilidades mais compatíveis com sua vocação ou com as limitações que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, e somente pode ser promovida a pedido do próprio servidor.

**QUESTÃO 68** – No tocante ao regime de concessão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, é correta a seguinte alternativa:

- A) O concessionário executa o serviço em seu próprio nome e corre os riscos normais e anormais do empreendimento, podendo ser alterado o objeto da concessão para assegurar a modicidade tarifária.
- B) O poder concedente transfere ao concessionário privado a execução do serviço e deixa de ser o titular do mesmo.
- C) A responsabilidade civil da empresa concessionária é subjetiva quanto aos danos causados por seus agentes a terceiros, incluídos os usuários.
- D) A concessão pactuada com indeterminação de prazo é ilegal.
- E) A exclusividade na concessão de serviço público é totalmente vedada em face do direito assegurado ao usuário de obter e utilizar o serviço público com liberdade de escolha entre vários prestadores.

**QUESTÃO 69** – Quanto aos atos administrativos, pode-se afirmar que

- A) são chamados de “gerais”, em oposição aos “individuais”, aqueles que têm por destinatários múltiplos sujeitos especificados.
- B) um regulamento que disciplina a promoção de servidores públicos de determinada carreira é um ato concreto.
- C) os atos vinculados são passíveis de controle pelo Judiciário, enquanto que os discricionários se submetem apenas ao poder hierárquico da Administração.
- D) a certidão de que determinado aluno é matriculado em escola pública é um ato constitutivo.
- E) a oportunidade e a conveniência do ato administrativo compõem o binômio chamado de mérito, que é a sede do poder discricionário do administrador público.

**QUESTÃO 70** – Sobre o poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo, é correto dizer que o seu exercício

- A) faz-se necessário quando a dicção legal, por sua generalidade e abstração, comporta a disciplina da discricção administrativa dos órgãos e dos agentes encarregados da execução das atividades, com vistas a obter uma uniformidade de procedimento, oferecer segurança jurídica e aplicação isonômica da regra.
- B) abrange o poder normativo e regulador da atividade econômica exercido pelo Estado.
- C) não permite a extinção de cargo público vago.
- D) permite que seja alocado um departamento de uma Secretaria de Estado para outra, com aumento da despesa pública.
- E) é o adequado para o desempenho do poder hierárquico que permite a revisão das decisões dos órgãos inferiores.

**QUESTÃO 71** – Relativamente ao processo licitatório disciplinado pela Lei Federal nº 8.666/1993, é correto afirmar que:

- A) Quando há inviabilidade da competição, a licitação é dispensável e deve sempre ser justificada.
- B) Quando da intervenção da União no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, a licitação é dispensável.
- C) O leilão é a modalidade licitatória utilizável para a venda de bens móveis e imóveis inservíveis à Administração ou legalmente apreendidos ou adquiridos por força de execução judicial ou de dação em pagamento. Seu vencedor será aquele que oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- D) Podem participar as empresas nacionais e as empresas estrangeiras em funcionamento no país, desde que devidamente autorizadas por decreto do Governo Federal, dispensada a exigência quando a empresa estrangeira estiver consorciada com empresa brasileira.
- E) Pode ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato anterior à abertura, pertinente e suficiente, devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado.

**QUESTÃO 72** – Sobre os consórcios públicos, de acordo com a Lei Federal nº 11.107/2005, pode-se afirmar que:

- A) São sempre pessoas jurídicas de direito público constituídas unicamente por entes da federação para a realização de objetivos de interesses comuns.
- B) São diferenciados dos convênios de cooperação porque esses, ainda que possam ser celebrados pelos entes da federação para execução de interesses comuns, são destituídos de personalidade jurídica e sem os poderes atribuídos aos consórcios.
- C) A União pode participar de mais de um consórcio público desde que o objetivo seja assemelhado.
- D) O contrato de programa que disciplina as obrigações que um ente da federação constitui com outro ente da federação ou para com o consórcio público no âmbito da gestão associada pode atribuir ao contratado o exercício de poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
- E) Os Estados Membros não podem ser autorizados a legislar sobre questões específicas acerca da matéria, no seu âmbito.

**QUESTÃO 73** – Quanto à desapropriação, é válido dizer que:

- A) A desapropriação por interesse social é de competência privativa da União e pode ter como objeto propriedade imóvel média que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas.
- B) O fundamento político da desapropriação é a supremacia do interesse coletivo sobre o individual, quando incompatíveis.
- C) O prazo de caducidade da declaração para a desapropriação realizada com fundamento em utilidade pública é de dois anos.
- D) As concessionárias de serviço público não podem promover a desapropriação, mesmo quando autorizadas por contrato.
- E) As benfeitorias úteis realizadas após a declaração de utilidade pública de um bem serão indenizadas ainda quando não autorizadas pelo expropriante.

#### DIREITO CIVIL

**QUESTÃO 74** – Assinale a alternativa correta:

- A) Em nenhuma hipótese a lei pode determinar o domicílio de uma pessoa física, pois estabelecer domicílio é um ato jurídico *stricto sensu* que depende da vontade.
- B) Constatado o desaparecimento de uma pessoa física de seu domicílio, sem que se tenha notícia do seu paradeiro, o Código Civil determina que seja aberta de imediato a sucessão definitiva dos bens deixados pelo desaparecido.
- C) O direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, corresponde, concomitantemente, a um direito da personalidade tutelado pelo Código Civil e a um dever jurídico, fundado no interesse social.
- D) Às pessoas jurídicas não podem ser atribuídos direitos da personalidade, pois estes são exclusivos das pessoas físicas.
- E) Em um negócio jurídico de compra e venda de um bem determinado, as pertencas relativas a esse bem principal obrigatoriamente estarão envolvidas na transação, pois a sua relação com o bem principal é de acessoriedade.

**QUESTÃO 75 – Assinale a alternativa correta:**

- A) Os bens públicos de uso comum, de uso especial e os dominicais são sempre considerados inalienáveis.
- B) Pela utilização de bens públicos de uso comum, o poder público não pode exigir qualquer espécie de retribuição.
- C) Enquanto não ocorrer a condição resolutiva, o negócio jurídico não terá eficácia e não se terá adquirido o direito a que ele visa.
- D) Um negócio jurídico não pode ser considerado nulo somente porque não cumpriu a forma prescrita ou não defesa em lei.
- E) A *universitas facti* é uma categoria lógica e a universalidade de direito contempla um todo que emerge das unidades que a compõem.

**QUESTÃO 76 – Assinale a alternativa incorreta:**

- A) O modo ou encargo estabelecidos pelo autor de uma liberalidade constituem condições suspensivas para a aquisição ou o exercício do direito pelo recebedor da liberalidade.
- B) A decadência convencional não pode ser conhecida de ofício pelo juiz da causa; cabe à parte interessada alegá-la.
- C) São anuláveis os negócios jurídicos que emanarem de manifestação de vontade baseada em erro substancial que poderia ter sido percebido por pessoa de diligência normal.
- D) Lesão, fraude a credores e estado de perigo são causas de anulabilidade dos negócios jurídicos.
- E) O negócio jurídico simulado é nulo, subsistindo apenas o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.

**QUESTÃO 77 – Assinale a alternativa correta:**

- A) A distinção entre “dívidas quesíveis” e “dívidas portáveis” tem relevância para o regime da mora e dos riscos porque, nas dívidas quesíveis, a *mora debitoris* surge se o devedor, que tinha o interesse em levar a dívida ao domicílio do credor, foi omisso e assim não procedeu.
- B) A expressão “dívida de dinheiro” significa o importe econômico numericamente consignado na moeda, ou a forma material adquirida pela vinculação monetária.
- C) Afirma-se que a relação obrigacional é uma “relação de cooperação” porque a atividade de cooperação é necessária para que se atinja o adimplemento, uma vez que o interesse de um dos contratantes é perseguido por meio da atividade da outra parte contratante.
- D) No caso de a prestação ter sido cumprida, mas uma das partes do contrato causar à outra dano não ligado diretamente a dever de prestação, teremos simples inadimplemento.
- E) O enriquecimento sem causa é fonte obrigacional caracterizada pela existência de um contrato lesionario para uma das partes.

**QUESTÃO 78 – Na fixação da indenização, em caso de responsabilidade derivada de fator de imputação pela culpa, o juiz há de ater-se, em princípio,**

- A) à integralidade do dano, considerado o limite dado pelo nexa causal e, se for o caso, pela cláusula penal e pela redução por equidade.
- B) à integralidade do dano, com base no princípio da reposição integral.
- C) à gravidade da culpa da vítima.
- D) à verificação da existência, ou não, de deveres de colaboração por parte do credor.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 79 – Assinale a alternativa correta:**

- A) A revisão por excessiva onerosidade superveniente pode ser postulada em toda relação contratual, desde que tenha sido gerada por fatores imprevisíveis e excepcionais, ensejando ao devedor o direito de requerer a resolução.
- B) O princípio da liberdade de forma em direito dos contratos significa que as partes têm plena liberdade para contratar, isto é, para formar o conteúdo do contrato.
- C) Segundo o princípio da boa-fé objetiva, pode o adquirente demandar pela evicção, ainda que tenha sabido ser a coisa alheia ou litigiosa.
- D) A aleatoriedade é fenômeno respeitante somente às coisas futuras.
- E) O Código Civil contém dispositivos de controle da formação e de controle de conteúdo dos chamados “contratos de adesão”.

**QUESTÃO 80 – Quando da formação do contrato:**

- I. Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo à pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
- II. Os contratos entre ausentes não se perfectibilizam se, antes da aceitação, ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante.
- III. Os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde que a aceitação é expedida, mesmo se o proponente não se houver comprometido a esperar a resposta.
- IV. A proposta é obrigatória quando, feita com prazo à pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas III e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 81 – Assinale a alternativa incorreta:**

- A) O direito de propriedade não é uma soma de faculdades, mas a unidade dos poderes conferidos ao proprietário.
- B) Possuidor ou detentor injusto é o que dispõe do bem sem causa jurídica que respalde a sua atuação.
- C) As universalidades de fato não podem ser objeto de reivindicação, pois esta tem por finalidade a restituição das coisas corpóreas certas que estejam no comércio.
- D) As regras legais submetem o exercício do direito de propriedade às suas finalidades econômicas e sociais, valorando o elemento da utilidade do bem.
- E) Como regra, o amplo direito subjetivo do proprietário sobre a coisa objeto do seu domínio abrange o solo, o subsolo, os frutos e produtos.

**QUESTÃO 82 – Assinale a alternativa correta:**

- A) O trabalho humano pode qualificar a posse para o efeito da usucapião.
- B) Nos atos *inter vivos* de transmissão da propriedade imobiliária, é indispensável o registro do título que, uma vez procedido, goza de presunção absoluta (“princípio da presunção absoluta do registro imobiliário”).
- C) A tutela da vizinhança diz respeito aos atos ilegais praticados pelo vizinho, abrangendo a tutela da segurança e da saúde, porém não se estendendo ao sossego, pois esse é protegido pela ação de dano moral.
- D) A outorga de garantia real não se vincula, necessariamente, à capacidade para alienar.
- E) No penhor, o objeto da garantia é coisa móvel; na hipoteca, bem imóvel; na anticrese, qualquer espécie de bem.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**QUESTÃO 83** – Assinale a alternativa correta:

- A) Tendo em vista os limites subjetivos da coisa julgada, terceiros que não participaram do processo não se sujeitam aos efeitos da sentença nele proferida, ainda que meramente reflexos.
- B) A eficácia preclusiva da coisa julgada determina que somente as questões efetivamente discutidas e debatidas no processo tornam-se imutáveis, ainda que não façam parte do dispositivo da sentença.
- C) Nas ações em que se discutem relações de trato continuado, a coisa julgada submete-se à regra *rebus sic stantibus*, ou seja, sobrevindo modificação no estado de fato em que proferida a sentença, pode-se discutir novamente as questões objeto da sentença transitada em julgado.
- D) Por força da coisa julgada, os fatos reconhecidos como existentes em dada sentença não podem ser tidos por inexistentes em outro processo envolvendo as mesmas partes.
- E) As alternativas C e D estão corretas.

**QUESTÃO 84** – Assinale a alternativa correta:

- A) A ação declaratória incidental prescinde de controvérsia sobre a relação jurídica cuja existência ou inexistência se busca declarar.
- B) O incidente de falsidade documental de que tratam os artigos 390-395 do Código de Processo Civil tem a mesma natureza de ação declaratória incidental e, se processado em autos apartados, caberá apelação da decisão nele proferida.
- C) O ajuizamento de ação declaratória incidental independe da efetiva existência de um processo em curso.
- D) A ação declaratória incidental pode ser ajuizada em até 2 anos do trânsito em julgado da sentença no processo principal.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 85** – Sentença de improcedência foi disponibilizada no diário eletrônico em 8 de outubro de 2009 (quinta-feira). No mesmo dia, o procurador do autor compareceu ao Cartório e obteve vista dos autos no balcão, o que restou certificado pelo escrivão. Interposta apelação pelo autor no dia 26 de outubro, não foi ela recebida pelo juiz, por intempestiva. Considerou o juiz ter transcorrido *in albis* o prazo recursal em 23 de outubro. Tendo agravado o autor da decisão judicial que dera pela intempestividade da apelação, ao agravo de instrumento foi negado provimento em 17 de março de 2010. O autor interpôs recurso especial da decisão, que veio a ser inadmitido na origem em 27 de maio de 2010. Interposto agravo de instrumento da decisão, veio ele a ser desprovido, à unanimidade, em 7 de junho de 2011 (terça-feira). Pretendendo o autor ajuizar ação rescisória da sentença de primeiro grau, quando se iniciou a contagem do prazo de dois anos para fazê-lo?

- A) Do trânsito em julgado do acórdão do Superior Tribunal de Justiça que deu pelo desprovido do agravo de instrumento contra a negativa de admissibilidade do recurso especial.
- B) Da data em que foi proferida a sentença de primeiro grau.
- C) Do trânsito em julgado da sentença de primeiro grau conforme considerado pelo juiz, ou seja, em 26 de outubro de 2009, tendo em vista a intempestividade do recurso de apelação.
- D) Da data em que decidiu o juiz de primeiro grau pela intempestividade do recurso de apelação.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 86** – João e outros ingressaram com ação popular, alegando nulidades em concurso público realizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. No polo passivo, incluíram tão somente o Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa. Foi proferida sentença de procedência, determinando a anulação do certame. Em sede de apelação, mostra-se correto arguir que

- A) a sentença deve ser anulada por não ter havido a citação, como litisconsorte necessária, da pessoa jurídica de direito público ao qual o Presidente da Assembleia está vinculado, qual seja, o Estado do Rio Grande do Sul.
- B) a sentença deve ser anulada por não ter havido a citação, como litisconsorte necessária, da pessoa jurídica de direito público ao qual o Presidente da Assembleia está vinculado, qual seja, a Assembleia Legislativa.
- C) a sentença deve ser anulada por ilegitimidade passiva do Presidente da Assembleia Legislativa, sendo parte legítima tão somente o Estado do Rio Grande do Sul.
- D) a sentença deve ser anulada por ilegitimidade passiva do Presidente da Assembleia Legislativa, sendo parte legítima tão somente a Assembleia Legislativa.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 87** – Assinale a alternativa correta:

- A) É admissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, mesmo que ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, uma vez que as hipóteses de cabimento do recurso especial são constitucionais e não podem ser limitadas pela legislação infraconstitucional.
- B) É inadmissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, quando ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, dada a ocorrência da preclusão lógica. Todavia, neste caso, se recorrer a parte contrária do acórdão em reexame, é facultado ao ente público recorrer adesivamente.
- C) Admite-se que o tribunal, ao julgar o reexame necessário, agrave a condenação imposta à Fazenda Pública.
- D) É inadmissível recurso especial do ente público contra acórdão proferido em sede de reexame necessário, quando ausente recurso voluntário do ente público contra a sentença de primeiro grau, dada a ocorrência da preclusão lógica.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 88** – Proferida sentença de procedência em ação indenizatória por acidente do trabalho na Justiça Estadual em março de 2004, apelou o réu, em abril do mesmo ano, ao Tribunal de Justiça. Enquanto pendia de julgamento o recurso, sobreveio a decisão do Supremo Tribunal Federal no Conflito de Competência n.º 7.204, determinando ser de competência da Justiça Trabalhista o julgamento de ações referentes a acidentes do trabalho. Ao fazê-lo, o Plenário do Supremo decidiu, por maioria, que o marco temporal da competência da Justiça trabalhista é o advento da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, cuja publicação se deu em 01 de julho de 2004. O desembargador relator da apelação, ciente do referido julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, deve

- A) determinar a anulação dos atos praticados pelo juiz estadual, em face de sua incompetência absoluta, determinando a remessa do feito à Justiça do Trabalho.
- B) permanecer com o recurso e dar a ele regular processamento no Tribunal de Justiça.
- C) declinar da competência para o julgamento do recurso em favor do Tribunal Regional do Trabalho, mantendo, no entanto, os atos praticados até a entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 45, de 2004.
- D) determinar a anulação tão somente da sentença proferida pelo juiz estadual, em face de sua incompetência absoluta, determinando a remessa do feito à Justiça do Trabalho para que o juiz do trabalho profira sentença, aproveitando a instrução do feito havida na Justiça Estadual.
- E) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 89** – Assinale a alternativa correta:

- A) A impugnação ao cumprimento da sentença possui, como regra, efeito suspensivo.
- B) O deferimento do efeito suspensivo na impugnação ao cumprimento não necessariamente impede o prosseguimento da execução, podendo o credor requerer o prosseguimento oferecendo e prestando caução suficiente e idônea.
- C) A decisão na impugnação ao cumprimento da sentença será sempre recorrível por agravo de instrumento.
- D) O deferimento de efeito suspensivo na impugnação ao cumprimento da sentença somente é cabível na execução provisória.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 90** – Assinale a alternativa correta:

- A) O montante decorrente da incidência da multa diária não pode ser reduzido em fase de execução.
- B) É cabível a aplicação de multa diária para a tutela do dever de exhibir documentos, mesmo que o réu seja pessoa jurídica de direito público.
- C) O montante decorrente da incidência da multa diária deve ficar limitado ao valor da obrigação principal, sob pena de enriquecimento ilícito do autor.
- D) Não cabe a fixação de multa diária contra a Fazenda Pública.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 91** – Assinale a alternativa correta:

- A) Não possui o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública contendo pretensões ou pedidos que envolvam tributos.
- B) Possui o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública contendo pretensões ou pedidos que envolvam tributos.
- C) Possui o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública contendo pretensões ou pedidos que envolvam tributos, porém mostra-se descabido o pedido de repetição do indébito, que deverá ser postulado pelo contribuinte, individualmente.
- D) Possui o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública contendo pretensões ou pedidos que envolvam tributos, porém, nestes casos, a coisa julgada *erga omnes* se dá nos limites da competência territorial do órgão prolator da sentença.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**QUESTÃO 92** – Assinale a alternativa correta:

- A) A contradita de testemunha deve ser oferecida após a apresentação do rol de testemunhas pela parte contrária e até 24 horas antes da audiência, sob pena de preclusão.
- B) A contradita de testemunha não se mostra cabível caso possua a testemunha fé pública.
- C) A contradita de testemunha pode ser oferecida mesmo após a sua qualificação e prestação de compromisso, desde que o seu impedimento seja verificável e verificado apenas no curso do depoimento.
- D) O acolhimento da contradita de testemunha implica necessariamente a sua dispensa e a impossibilidade de prestar depoimento.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

**QUESTÃO 93** – Considere as afirmações a seguir:

- I. Ramo jurídico informado, entre outros, pelo princípio da proteção e, mais especificamente, pelo princípio da condição mais benéfica, ao Direito do Trabalho se consubstancia a regra da inalterabilidade lesiva dos contratos de trabalho, segundo o qual, sem exceções, nunca são admitidas, mesmo que por intermédio de negociação sindical, alterações nas condições de trabalho que possam ocasionar prejuízos, diretos ou indiretos, aos trabalhadores.
- II. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, exemplificativamente: (a) por até dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência; (b) por um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (c) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer em juízo, e (d) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- III. O contrato temporário de trabalho, entendendo-se como tal aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços, por intermédio de empresa de trabalho temporário, deve ser necessariamente firmado por escrito e não poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) I, II e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas III.



**QUESTÃO 94** – Considere as afirmações a seguir:

- I. Entre outras utilidades, não é considerado salário *in natura*, nos termos da legislação trabalhista, o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, bem como a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
- II. Segundo entendimento consagrado pelo Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, entretanto não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- III. Conforme entendimento consagrado pelo Tribunal Superior do Trabalho, existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) I, II e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas III.

**QUESTÃO 95** – Em relação à prestação de serviço extraordinário de forma habitual, o entendimento atualmente consagrado pelo Tribunal Superior do Trabalho é que

- A) o valor das horas suplementares prestadas habitualmente, por mais de 2 (dois) anos, ou durante todo o contrato, se suprimidas, integra-se ao salário para todos os efeitos legais.
- B) a supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal, observando-se neste cálculo a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos doze meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.
- C) o valor das horas suplementares prestadas habitualmente nunca se integra ao salário, nem gera direito a qualquer tipo de indenização, mas tão somente ao pagamento do valor correspondente acrescido pelo adicional previsto em lei.
- D) a prestação habitual de serviço extraordinário constitui ato ilícito e, como tal, é nulo de pleno direito, gerando tão somente ao empregado o direito ao recebimento do valor correspondente, sem o acréscimo do adicional previsto em lei.
- E) o Tribunal Superior do Trabalho não tem, atualmente, entendimento consolidado sobre esta matéria.

**QUESTÃO 96** – Tendo em vista a orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.
- B) A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo podem ser consideradas atividades insalubres, desde que constatadas por laudo pericial.
- C) No valor da hora extra não deve ser computado o adicional de insalubridade percebido pelo empregado, tendo em vista as distintas bases de cálculo legalmente previstas, quais sejam, a remuneração do empregado, no primeiro caso, e o salário mínimo ou piso salarial convencionado, no segundo.
- D) Nas situações de transferência, a circunstância de o empregado exercer cargo de confiança com percepção de gratificação superior a 40% exclui o direito ao adicional de 25% previsto em lei.
- E) É devido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto.

**QUESTÃO 97** – Considere as afirmações a seguir:

- I. Segundo orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste.
- II. Os associados de sindicatos de empregados que se aposentarem, estiverem desempregados ou tiverem sido convocados para prestação de serviço militar não perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, mas não poderão exercer quaisquer cargos de administração ou representação sindical.
- III. As centrais sindicais legalmente reconhecidas têm como prerrogativas: (a) coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; (b) participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores, e (c) firmar, mediante negociação estabelecida com as confederações sindicais patronais, os contratos coletivos estipulativos das condições mínimas de trabalho aplicáveis em todo o território nacional.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) I, II e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas III.

**QUESTÃO 98** – Quanto ao Recurso de Revista, analise as assertivas abaixo:

- I. Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- II. A divergência apta a ensejar o Recurso de Revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- III. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido Recurso de Revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.

Quais estão corretas?

- A) Nenhuma.
- B) I, II e III.
- C) Apenas I.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II.

**QUESTÃO 99** – Quanto ao depósito recursal em ações trabalhistas, de acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é **incorreto** afirmar que

- A) deve ser realizado por empresas públicas e sociedades de economia mista quando estas forem condenadas em obrigações de fazer que não contenham condenação pecuniária.
- B) não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento do depósito do valor da condenação; esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.
- C) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção; atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
- D) havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- E) o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso; a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

**QUESTÃO 100** – No que tange à prescrição trabalhista, assinale a alternativa correta:

- A) Conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é aplicável na Justiça do Trabalho à prescrição intercorrente.
- B) O prazo prescricional para o empregado ajuizar ações contra a administração pública direta e indireta, no que tange às verbas oriundas do contrato de trabalho, é de dois anos após o final da relação de emprego, podendo cobrar os últimos cinco anos de contrato, contados estes da data em que a administração foi citada no correspondente processo.
- C) Conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.
- D) Conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição em relação a qualquer pedido a ser realizado em face do réu da ação.
- E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**QUESTÃO 101** – De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão

- I. de Tribunal Regional do Trabalho contrária à súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- II. suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal.
- III. que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

Quais estão corretas?

- A) Nenhuma.
- B) I, II e III.
- C) Apenas I.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II.

## SEGURIDADE SOCIAL

**QUESTÃO 102** – Face aos dispositivos constitucionais que informam a Seguridade Social, é **incorreto** afirmar que:

- A) A irredutibilidade do valor dos benefícios veda a redução do valor nominal da prestação previdenciária.
- B) O princípio da universalidade visa ao atendimento do maior número possível de pessoas, cobrindo o maior número possível de contingências.
- C) A Saúde e a Assistência Social têm o dever de prestar atendimento à generalidade das pessoas, enquanto na Previdência Social nem todas as pessoas são beneficiárias.
- D) O caráter democrático e descentralizado da administração se faz mediante gestão quadripartite, com participação dos servidores públicos, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- E) A Seguridade Social deve ser organizada com fundamento na diversidade da base de financiamento.

**QUESTÃO 103** – De acordo com o regramento constitucional acerca da Seguridade Social, no que pertine à Saúde, é **incorreto** afirmar que:

- A) Dentre as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), estão a fiscalização e a inspeção de alimentos, bem como de bebidas e de águas para consumo humano.
- B) Os recursos mínimos a serem aplicados pelos diferentes entes da federação, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, terão seus percentuais estabelecidos por lei ordinária.
- C) A descentralização é uma diretriz aplicável às ações e serviços públicos de saúde.
- D) As instituições de saúde privadas podem participar do SUS, de forma complementar.
- E) Existe vinculação constitucional de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o atendimento na área da saúde.

**QUESTÃO 104** – Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Compete exclusivamente à União instituir contribuição social para o custeio do Regime Geral de Previdência Social.
- B) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir contribuição a ser cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime próprio de previdência.
- C) A contribuição social de Seguridade Social só pode ser exigida 90 (noventa) dias após a data da publicação da lei que a instituiu ou modificou.
- D) É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a cobrança de contribuição social de Seguridade Social no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que a instituiu ou aumentou.
- E) As entidades beneficentes de assistência social, desde que atendidas as exigências estabelecidas em lei, são isentas de contribuição para a Seguridade Social.

**QUESTÃO 105** – Considere as seguintes afirmações, apontando aquela que está **incorreta**:

- A) O princípio da reserva do possível é reconhecido por parte da doutrina e jurisprudência pátrias como argumento que pode mitigar o princípio do acesso universal e igualitário à Saúde.
- B) O servidor público titular de cargo efetivo que completar as exigências estabelecidas na legislação para a aposentadoria voluntária, e optar por permanecer em atividade, fará jus a abono de permanência que corresponderá ao valor da sua contribuição previdenciária, até atingir as exigências legais para a aposentadoria compulsória.
- C) Segundo entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal, o valor da pensão por morte de servidor público do Estado do RS será sempre integral e corresponderá à totalidade da remuneração ou dos proventos do instituidor falecido, limitado tão somente ao valor do subsídio do Governador, no âmbito do Poder Executivo.
- D) O servidor público não pode ser detentor de mais de um benefício de aposentadoria pago pelo mesmo regime de previdência social, exceto as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da CF/88.
- E) O sistema de assistência à saúde dos servidores públicos do Estado do RS, seus dependentes e pensionistas foi reestruturado por meio de lei complementar.

**QUESTÃO 106** – Considere as seguintes afirmações, segundo o que dispõe a Constituição Federal com relação ao financiamento da Seguridade Social, apontando aquela que está **incorreta**:

- A) Os recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e as contribuições sociais específicas financiam a Seguridade Social.
- B) Incide contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos.
- C) A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, mas dele poderá receber incentivo fiscal.
- D) Não incide contribuição sobre os proventos de aposentadoria pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.
- E) Incide contribuição social sobre a receita ou o faturamento e sobre o lucro das empresas.

**QUESTÃO 107** – De acordo com a legislação do Estado do RS, considere as seguintes afirmações:

- I. O nascimento ou a adoção de filho gera o direito à licença-paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos para o servidor público do Estado do RS.
- II. O direito das filhas solteiras maiores de 21 anos ao recebimento de pensão em decorrência da morte de seu genitor(a), segurado(a) do IPERGS, admitido(a) no serviço público do Estado do RS antes de 01.01.1974, foi revogado.
- III. O servidor público do Estado do RS não será aposentado por invalidez em razão da deficiência de que era portador ao ingressar no serviço público.

Quais estão corretas?

- A) I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II.
- D) Apenas III.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 108** – Considere as seguintes afirmações:

- I. O servidor público do Estado do RS será aposentado por invalidez permanente, sendo os proventos integrais somente nos casos de moléstia decorrente de acidente do trabalho; nos demais casos, os proventos serão proporcionais.
- II. A aposentadoria compulsória do servidor público será concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- III. Constitui motivo para o cancelamento de pensão por morte, deixada por cônjuge segurado do Estado do Rio Grande do Sul, o posterior casamento do pensionista.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III.
- D) Nenhuma.
- E) Apenas II.

## DIREITO PENAL

**QUESTÃO 109** – Assinale a alternativa correta:

- A) Em razão do princípio da atividade, a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- B) A lei “A” foi revogada pela lei “B”, que por sua vez foi revogada pela lei “C”; diante da imposição de que uma lei só pode ser revogada por outra, o sistema jurídico brasileiro admite a reconstituição automática de lei revogada.
- C) O momento e o lugar do crime são regulados pela teoria da atividade, importando o momento da ação ou omissão do agente, ainda que outros sejam o momento e o lugar do resultado.
- D) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- E) No crime permanente, a conduta se protraí no tempo em razão da própria vontade do agente e o tempo do crime é o de sua duração; enquanto que, no crime continuado, o tempo do crime é o da prática de cada conduta perpetrada.

**QUESTÃO 110** – Assinale a alternativa correta:

- A) A teoria finalista da ação adota o dolo como um dolo normativo, que é a vontade consciente de praticar a conduta típica, acompanhada da consciência de praticar um ato ilícito.
- B) No dolo eventual e na culpa consciente existe a assunção do risco de realização do resultado típico, não havendo diferença conceitual, apenas distinção na sanção penal em razão do juízo de censura.
- C) A culpa imprópria é a culpa com previsão, e se configura quando o agente deseja atingir determinado resultado, embora atue porque está envolvido pela hipótese de erro inescusável.
- D) Na culpa consciente há uma previsão positiva, pois a culpa representa um agir arriscado, onde o agente não quer diretamente a realização do tipo objetivo, mas aceita como provável, assumindo o risco da produção do resultado.
- E) Na desistência voluntária e no arrependimento eficaz não existe abandono do dolo, pois os elementos intelectual e volitivo surgem no início do *iter criminis*.

**QUESTÃO 111** – Sobre as teorias que tratam do concurso de agentes, indique aquela adotada como regra pelo Código Penal:

- A) Teoria unitária ou monista.
- B) Teoria pluralista.
- C) Teoria dualista.
- D) Teoria objetivo-formal.
- E) Teoria subjetiva.

**QUESTÃO 112** – Assinale a alternativa incorreta:

- A) Extingue-se a punibilidade pela morte do agente, pela anistia, graça ou indulto, pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso, pela prescrição, decadência ou perempção, pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão, aceito ou não, nos crimes de ação privada, pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite e pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- B) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.
- C) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada e no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- D) O curso da prescrição interrompe-se pelo recebimento da denúncia ou da queixa; pela pronúncia; pela decisão confirmatória da pronúncia; pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; pelo início ou continuação do cumprimento da pena e pela reincidência.
- E) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime e enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

**QUESTÃO 113** – Assinale a alternativa incorreta:

- A) No crime de falsificação de moeda, a ação penal é pública incondicionada e o agente que falsificar, fabricar ou alterar, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, mesmo que preenchidos os requisitos subjetivos, não terá direito ao instituto da suspensão condicional do processo.
- B) No crime de falsidade ideológica, se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.
- C) No crime de uso de documento falso, o agente que fizer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, pratica um crime instantâneo de efeitos permanentes, comissivo e que não admite, em regra, a hipótese de tentativa.
- D) No crime de peculato, se o funcionário público que dolosamente se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, voluntariamente reparar o dano antes da sentença irrecorrível, terá a extinção da punibilidade; se a reparação é posterior, terá reduzida de metade a pena imposta.
- E) No crime de advocacia administrativa, o agente que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado, legítimo ou ilegítimo, perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, pratica uma infração de menor potencial ofensivo e uma vez preenchidos os requisitos subjetivos pelo agente, terá direito ao instituto da transação penal.

**QUESTÃO 114** – Assinale a alternativa correta:

- A) No conceito clássico, a ação penal é uma relação de direito público que impõe sequência de atos, cada um dos quais é ligado aos anteriores e aos subsequentes, como elos de uma corrente, em determinada ordem e para alcançar um fim também determinado.
- B) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, não cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, apenas repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- C) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração escrita, não sendo admitida a forma oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público ou à autoridade policial.
- D) O Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo nos crimes de ação penal pública incondicionada ou condicionada em que a pena mínima não é superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, por um período de dois a quatro anos.
- E) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta de transação penal, sendo que, nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

**QUESTÃO 115** – A culpabilidade é um juízo de reprovação social que incide sobre o fato e seu autor, sendo causas de sua exclusão

- A) a menoridade penal, a coação moral resistível e a embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior.
- B) a inexigibilidade de conduta diversa, o estado de necessidade exculpante e a estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
- C) a emoção ou a paixão, a embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos e a inexigibilidade de conduta diversa.
- D) a perturbação de saúde mental, a inexigibilidade de conduta diversa e a embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior.
- E) a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto ou retardado e o consentimento do ofendido.

## **DIREITO FINANCEIRO**

**QUESTÃO 116** – A União promove a venda de ações que possui em empresa estatal e, em decorrência, pode-se afirmar que

- A) o produto da venda constitui receita tributária.
- B) a receita obtida é classificada como corrente.
- C) se trata de receita de capital.
- D) o valor da venda das ações tem a mesma classificação das receitas auferidas pelo poder de polícia administrativa.
- E) a venda de ações das empresas estatais da União resulta em receitas equivalentes ao produto da arrecadação de receitas correntes patrimoniais.



**QUESTÃO 117** – Assinale a alternativa correta:

- A) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado tem caráter terminativo.
- B) Compete ao Poder Legislativo Estadual julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador do Estado e sobre as quais foi emitido parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado.
- C) O parecer prévio sobre as contas do Governador e dos Prefeitos Municipais, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, é apreciado e julgado pela Assembleia Legislativa, considerando-se que o Tribunal de Contas do Estado é instituição estadual e auxiliar da Assembleia Legislativa.
- D) As Câmaras de Vereadores, ao apreciarem e julgarem as contas anuais dos respectivos Prefeitos, manterão ou rejeitarão o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado mediante deliberação por maioria simples.
- E) Do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado cabe recurso ao Tribunal de Contas da União, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição.

**QUESTÃO 118** – Assinale a alternativa correta:

- A) Empenho é o ato administrativo emanado da autoridade administrativa competente que efetiva a entrega de valores monetários ao credor do Estado.
- B) A liquidação da despesa pública é o ato administrativo emanado de autoridade administrativa competente que verifica o direito adquirido pelo credor para receber valores devidos, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- C) O empenho de uma despesa pública é o ato final de um processo administrativo, antecedido dos atos de liquidação e de pagamento, no qual o Estado julgará a legalidade do crédito.
- D) Não impede o pagamento da despesa pública a ocorrência de nulidade nas fases antecedentes do respectivo procedimento administrativo.
- E) As fases da despesa pública competem somente ao Poder Executivo, porque são atos administrativos.

**QUESTÃO 119** – Assinale a alternativa correta:

- A) Compete ao Tribunal de Contas, no exercício de sua competência fiscalizatória da gestão fiscal, verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referidos no artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
- B) A fiscalização do cumprimento das normas relativas à gestão fiscal incumbe, exclusivamente, ao Tribunal de Contas, por ser a instituição de Estado fiscalizadora da atividade financeira, conforme determinação constitucional.
- C) É de responsabilidade do Poder ou órgão o pagamento da multa fixada pelo Poder Legislativo por infração administrativa contra as leis de finanças públicas, conforme determina a Lei nº 10.028/2000.
- D) Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas a titularidade da cobrança judicial das multas impostas pelo Tribunal de Contas em decorrência de infração administrativa às leis de finanças públicas.
- E) A fiscalização da gestão fiscal compete exclusivamente ao Poder Legislativo, como Poder ao qual está atribuído constitucionalmente o controle externo da administração pública.

**QUESTÃO 120** – Determina a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

- A) Quando o Município deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada, compete ao Tribunal de Contas do Estado, por se tratar de matéria financeira submetida à sua fiscalização, indicar e nomear interventor, na amplitude, prazo e condições de execução da medida interventória.
- B) Compete à Câmara Municipal, exclusivamente, e por deliberação da sua maioria simples, representar, para fins de intervenção do Estado no Município, quando descumpridas as normas relativas à probidade administrativa.
- C) Quando não prestadas contas na forma da lei, a intervenção do Estado no Município dar-se-á por decreto do Governador, de ofício ou mediante representação de dois terços da Câmara Municipal, ou do Tribunal de Contas do Estado.
- D) A competência do Tribunal de Contas do Estado, em casos de intervenção do Estado no Município, está limitada à verificação do cumprimento das normas de administração financeira.
- E) Em casos de improbidade administrativa, o Tribunal de Contas do Estado poderá requerer, diretamente, ao Poder Executivo, ou na sua negativa, ao Tribunal de Justiça do Estado, a nomeação de interventor no Município.